

## NOTA INTRODUTÓRIA A “RESPONSABILIDADE MORAL SOB DITADURAS TOTALITÁRIAS”, DE HANNAH ARENDT

*Adriano Correia (UFG/CNPq)*

Um dos primeiros temas em que Hannah Arendt se deteve após a publicação de *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* foi o da responsabilidade, retomando suas preocupações de duas décadas antes, no imediato pós-guerra, quando publicou “Culpa organizada e responsabilidade universal” (1945). Neste texto Arendt insiste em que a identificação de todo alemão como nazista pelos Aliados representava uma vitória da estratégia nazista, principalmente no final da guerra, de envolver todo o povo alemão ao tornar públicas atrocidades que antes eram conhecidas apenas por grupos restritos. O efeito prático dessa estratégia consiste em que “onde todos são culpados, em última análise ninguém pode ser julgado”<sup>1</sup>.

Na controvérsia que se seguiu a *Eichmann em Jerusalém* uma das acusações que foram feitas a Arendt foi a de que teria sido impiedosa com pessoas que tomaram decisões controversas relacionadas à cooperação com os nazistas em situações extremas. Além disso, foi acusada de inocentar Eichmann ao afirmar que ele não parecia possuir motivação maligna em sua atuação, e de ter dado demasiado crédito à afirmação dele de que não era antissemita e que nada tinha contra os judeus.

Quanto ao primeiro caso, ela afirmou que “o que precisa ser discutido não são as pessoas, mas os argumentos com os quais elas se justificavam, a si mesmas e aos demais. Com relação a estes argumentos, nós temos o direito de emitir um juízo”<sup>2</sup>. Além disso, sempre defendeu que o fato de não estarmos na mesma situação – e de que se estivéssemos eventualmente fazermos o mesmo – não interdita que julguemos com imparcialidade.

No que diz respeito a Eichmann, o desafio era como imputar alguém jurídica e moralmente sem poder remontar seus feitos monstruosos a qualquer motivação criminoso. Arendt defendeu ao mesmo tempo que ele não tinha plena noção do que estava fazendo e que deveria ser punido pelo que fez. Tratava-se, disse ela, de um novo tipo de criminoso, “que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado”<sup>3</sup>. Como bem notou Judith Butler, “o próprio Eichmann é um novo tipo de pessoa ou um tipo de criminoso sem precedentes e, portanto, os mecanismos e os termos da justiça precisam ser repensados e refeitos para enfrentar essa nova situação”<sup>4</sup>.

No texto “Responsabilidade pessoal sob a ditadura” (1964), Arendt insiste em que temos o direito de julgar as escolhas das pessoas, da adesão oportunista à cooperação desesperada, do confronto suicida contra o regime totalitário à recusa completa e deliberada à participação. Dessa coragem de julgar, ainda mais ante a falência dos nossos padrões tradicionais de juízo, depende nossa capacidade de criar parâmetros independentes de compreensão que nos permitam enfrentar e combater mesmo o que nos aturde.

---

<sup>1</sup> Hannah Arendt, “Culpa organizada e responsabilidade universal”, In: \_\_\_\_\_. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo* (ensaios), Trad. Denise Bottmann, São Paulo, Companhia das Letras; Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008, p. 155.

<sup>2</sup> Id., “A controvérsia Eichmann – uma carta a Gershom Scholem”, In: \_\_\_\_\_. *Escritos judaicos*, Trad. Laura Mascaro, Luciana Oliveira e Thiago Dias da Silva, Barueri/SP, Amarylis, 2016, p. 760.

<sup>3</sup> Id., *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 299.

<sup>4</sup> Judith Butler, “Hannah Arendt’s death sentences”, *Comparative Literature Studies*, Vol. 48, No. 3, Special Issue Trials of Trauma (2011), p. 288.

O texto “Responsabilidade moral sob ditaduras totalitárias”, que editamos e traduzimos aqui, embora não datado, dialoga diretamente com “Responsabilidade pessoal sob a ditadura” (1964) e os cursos “Algumas questões de filosofia moral” (1965) e “Proposições morais básicas” (1966), do período provável em que ele foi escrito. Além disso, reverbera diretamente no texto “Responsabilidade coletiva” (1968). Com exceção de “Proposições morais básicas”, todos esses textos foram reunidos na obra *Responsabilidade e julgamento*. Em “Responsabilidade moral sob ditaduras totalitárias” Arendt faz, não obstante, uma série de articulações conceituais que só encontramos aí.

Em “Responsabilidade moral sob ditaduras totalitárias” Arendt destaca a importância de distinguir responsabilidade moral e política e também de contrastar obediência com não-participação, concebidas como decisões que foram tomadas por indivíduos que definiram por se conduzir de um modo ou de outro. Ela insiste em que no contexto da dominação totalitária a resistência ativa era praticamente interdita, mas era possível não se engajar, não ser cúmplice, por irreflexão ou oportunismo. Nesse sentido, quem obedeceu deve ser responsabilizado por seu engajamento e essa responsabilidade não pode ser delegada aos superiores que os comandaram.

Os que disseram não, que interessaram Arendt tanto quanto os que disseram “sim” porque não tinham uma resposta para a pergunta “por que não?”, foram os que conseguiram manter sua consciência intacta mesmo com a falência de todos os padrões. As consciências dos que se acostumaram a aderir irrefletidamente a padrões, pelo “hábito de ter padrões para se apegar a algo”, foram justamente os mais suscetíveis a serem ajustados pela nova ordem. Por isto Arendt destaca nesse texto que as pessoas que duvidam e são céticas são mais confiáveis, principalmente em situações de emergência política. Ela insiste em que os que disseram não foram seguramente os que faziam companhia a si mesmos pelo pensamento e prezavam essa companhia acima de tudo. Nessa atitude, que pode ser politicamente inócua ou mesmo irresponsável em repúblicas ou democracias, reside a expectativa de que os líderes totalitários sejam enfraquecidos por pessoas que não se deixam levar pelo que está vigendo simplesmente porque prevaleceu.

Não participar, não se deixar levar, desobedecer, é não apenas relevante para o indivíduo que o faz na preservação de sua integridade moral, mas em emergências como “tirantias totalitárias”, é a forma política da resistência possível.